

O presente trabalho preenche lacuna há muito sentida no mercado de publicações relacionadas a licitações e contratos: o tratamento específico das questões afetas a obras públicas. A excelente acolhida das primeiras edições pelos leitores interessados na área demonstra o acerto do tema escolhido pelo autor.

Esta quinta edição traz diversas novidades, como a atualização de toda a jurisprudência consolidada dos Tribunais até 2015, com destaque para os entendimentos do TCU, bem como tópicos sugeridos pelos leitores e alunos dos cursos ministrados pelo autor para o tratamento de temas que afligem cotidianamente os agentes que tratam com licitações das obras públicas: Orçamento, BDI, Desoneração da folha de pagamento, Regime de Execução, Medições, Aditivos, Prazos de Execução e Vigência dos contratos, Regras para Habilitação, Procedimentos da Comissão de Licitação, Sanções, Pregão, Sistema de Registro de Preços, Margem de preferência, Desenvolvimento Sustentável e boas práticas sugeridas.

Os capítulos afetos aos temas "Sustentabilidade" e "Regime Diferenciado de Contratações (RDC)" foram ampliados com as novidades legislativas e diversos entendimentos jurisprudenciais, em especial no disciplinamento da contratação integrada.

O capítulo sobre "Governança e Gestão das Obras Públicas", que aborda questão fundamental para a solução dos problemas que prejudicam o andamento dos empreendimentos, incorporou alguns trabalhos do TCU desenvolvidos no último biênio.

O texto busca apresentar de forma prática a técnicos envolvidos com licitação, contratação, fiscalização e utilização de obras públicas, as principais etapas do processo, desde a concepção até a operação do objeto, acompanhadas de sugestões a serem adotadas em cada uma delas para que seja possível gerenciar o empreendimento de forma segura, nos custos e prazos previstos.

O autor, com ampla experiência profissional na área pública e privada, é dirigente do Tribunal de Contas da União há 18 anos, sete dos quais na condição de titular da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio, e professor de cursos relativos a obras e meio ambiente — "Licitação e contratação", "Gerenciamento de contratos", "Avaliação e orçamento" e "Auditoria".

Autor

CLÁUDIO SARIAN ALTOUNIAN

OBRAS PÚBLICAS LICITAÇÃO, CONTRATAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO 5ª EDIÇÃO REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA.

Prefácio

Marcos Vinicios Vilaça

Área específica

Direito Administrativo.

Áreas afins

Direito. Engenharia. Licitações e contratos. Obras públicas. Gestão e Governança.

Público-alvo

Ordenadores de despesa. Membros de Comissões de Licitação. Gestores de Contrato. Membros de equipes designadas para fiscalização. Servidores de Auditoria e Controle Interno. Auditores e Servidores dos Tribunais de Contas. Assessores e Consultores Jurídicos. Engenheiros. Empresas prestadoras de serviço. Servidores públicos.

Formato: 17x24 cm CÓDIGO: 10000893

A4690 Altounian, Cláudio Sarian

Obras públicas: licitação, contratação, fiscalização e utilização: (Legislação, decretos, jurisprudência e orientações normativas atualizados até 30 nov. 2015) / Cláudio Sarian Altounian; prefácio de Marcos Vinicios Vilaça. – 5. ed. rev. atual. e ampl. – Belo Horizonte: Fórum, 2016.

576 p. ISBN 978-85-450-0111-9

1. Direito administrativo – Brasil. 2. Obras públicas – Contratação. 3. Licitação. 4. Contratação direta. 5. Controle. 6. Projeto básico. 7. Projeto executivo. 8. Orçamento. 9. Cronograma físico-financeiro. I. Vilaça, Marcos Vinicios. II. Título.

CDD: 341.3 CDU: 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ALTOUNIAN, Cláudio Sarian. *Obras públicas*: licitação, contratação, fiscalização e utilização: (Legislação, decretos, jurisprudência e orientações normativas atualizados até 30 nov. 2015). 5. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 576 p. ISBN 978-85-450-0111-9

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	15
LISTA DE TABELAS	17
PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO	
Marcos Vinicios Vilaça	.21
APRESENTAÇÃO DA 5ª EDIÇÃO	23
APRESENTAÇÃO DA 4ª EDIÇÃO	25
APRESENTAÇÃO DA 3ª EDIÇÃO	27
APRESENTAÇÃO DA 2ª EDIÇÃO	29
APRESENTAÇÃO DA 1ª EDIÇÃO	31
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	
1.1 Considerações iniciais	
1.2 Histórico	
1.3 Características importantes de obras	
1.4 Definições	
1.5 Leitura e consulta complementares	37
CAPÍTULO 2	
LEIS E NORMATIVOS APLICÁVEIS	41
2.1 Considerações iniciais	41
2.2 Constituição Federal	42
2.3 Lei de licitações (Lei nº 8.666/93)	42
2.3.1 Aplicabilidade e objetivo	42
2.3.2 Exceções	43
2.3.3 Pontos positivos e necessidade de aprimoramento	46
2.4 Plano Plurianual (PPA)	47
2.5 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	47
2.6 Lei Orçamentária Anual (LOA)	48
2.7 Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)	49
2.8 Lei do Pregão	49
2.9 Leis e resoluções relativas à profissão de engenheiro e arquiteto	50
2.10 Lei das micro e pequenas empresas	50
2.11 Regime Diferenciado de Contratações Públicas (Lei nº 12.462/2011 e Decretos 18.080/2013)52	nº 7.581/2011 e n
2.12 Decreto nº 7.983/2013	53
2.13 Decreto nº 6.170/2007 e Instrução Normativa (IN) nº 01/97 – STN	53
2.14 Instrução Normativa nº 2/2008 – SLTI/MPOG e Instrução Normativa nº 1/2010 SLTI/MPOG) —
2.15 Resoluções Conama	54
2.16 Súmulas e decisões dos tribunais superiores	55

CAPÍTULO 3

ETAPAS DE CONTRATAÇÃO DO EMPREENDIMENTO – VISÃO GERAL	57
3.1 Considerações iniciais	57
3.2 Fase preliminar à licitação	59
3.3 Fase interna da licitação	60
3.3.1 Projeto básico	61
3.3.2 Licenciamento ambiental	61
3.3.3 Preparação do edital ou convite	62
3.3.4 Projeto executivo	62
3.4 Fase externa da licitação.	62
3.5 Fase contratual	63
3.5.1 Assinatura do contrato e ordem de serviço	63
3.5.2 Fiscalização da execução da obra	64
3.5.3 Recebimento da obra	64
3.6 Fase posterior à contratação	64
3.7 Considerações finais	65
CAPÍTULO 4	
AVALIAÇÃO DE VALORES PARA CONTRATAÇÃO DE OBRAS	67
4.1 Importância da avaliação de custos nos estudos iniciais	68
4.2 Avaliação expedita	69
4.3 Avaliação expedita em edificações	70
4.4 Utilização da NBR 12.721 – ABNT	70
4.4.1 Definições importantes da norma	70
4.4.2 Custo Unitário Básico (CUB)	72
4.5 Estudo de caso	72
4.6 Considerações finais	73
CAPÍTULO 5	
ORÇAMENTO	75
5.1 Principais conceitos.	76
5.1.1 Custos	76
5.1.1.1 Custo direto (CD)	76
5.1.1.2 Custo indireto (CI)	76
5.1.1.3 Preço	77
5.1.2 Insumos	77
5.1.3 Serviços	77
5.1.4 BDI (Benefício/Bonificação e Despesas Indiretas)	77
5.1.5 Planilha orçamentária	77
5.1.6 Cronograma físico-financeiro	78
5.1.7 Curva ABC	78
5.1.8 Conceitos do Decreto nº 7.983/2013	79
5.2 Custos	79
5.2.1 Custos de insumos	79
5.2.1.1 Material	79
5.2.1.2 Mão de obra	80
ClaudioSarian_ObrasPublicas_5ed_MIOLO.indd 8 10/12/2015 07:56:59	

5.2.1.3 Desoneração da folha de pagamentos	80
5.2.1.4 Equipamentos	84
5.2.1.5 Sinapi	84
5.2.2 Custo de serviços.	87
5.2.2.1 Considerações	87
5.2.2.2 Exemplo simplificado	87
5.2.2.3 Cálculo de custo de serviços	88
5.2.3 Obtenção dos custos de insumos ou serviços	90
5.3 Preços	91
5.3.1 Introdução	91
5.3.2 BDI (Benefício/Bonificação e Despesas Indiretas)	91
5.4 Reajustamento	137
5.5 Estudos de casos	137
5.5.1 Caso 1 – Cálculo de custos e quantidade de insumos	137
5.5.2 Caso 2 – Cálculo de quantidade de equipamentos para a realização de serviços.	140
5.5.3 Caso 3 – Avaliação da pertinência de serviços executados	141
CAPÍTULO 6	
FASE PRELIMINAR À LICITAÇÃO	143
6.1 Considerações iniciais	143
6.2 Programa de necessidades	145
6.3 Estudos preliminares	145
6.4 Anteprojeto de engenharia	146
6.5 Considerações finais	147
CAPÍTULO 7	
LICITAÇÃO – FASE INTERNA	149
7.1 Considerações iniciais	149
7.2 Caracterização da obra	153
7.2.1 Projeto básico	155
7.2.1.1 Conceitos	156
7.2.1.2 Requisitos	158
7.2.1.3 Responsabilidade pela elaboração e acompanhamento	158
7.2.1.4 Contratação do projeto básico	161
7.2.1.5 Nível de precisão	163
7.2.1.6 Definição de marca	164
7.2.1.7 Validação e atualização do projeto	165
7.2.2 Licenciamento ambiental	166
7.2.2.1 Procedimento	166
7.2.2.2 Licenças ambientais	167
7.2.3 Orçamento detalhado – Preços	
7.2.3.1 Referência de preços	171
7.2.3.2 Detalhamento das composições de serviços	
7.2.3.3 BDI	
7.2.4 Confrontação das novas informações com os estudos de viabilidade	189
7.2.5 Projeto executivo	189

7.2.6 Documentação "as built"	190
7.3 Previsão de recursos orçamentários	191
7.3.1 Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO)	192
7.3.2 Lei Orçamentária Anual (LOA)	193
7.3.3 Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)	193
7.3.4 Recursos internacionais	195
7.3.5 Convênios	196
7.3.6 Etapas de implantação	198
7.4 Regras para estruturação da licitação	198
7.4.1 Modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 10.520/02	
(Pregão)	
7.4.2 Parcelamento e fracionamento	
7.4.3 Tipos de licitação	209
7.4.4 Sistema de Registro de Preços (SRP)	215
7.5 Regras para a contratação	219
7.5.1 Forma de execução	220
7.5.2 Regime de execução	221
7.5.3 Forma e limite para pagamento	235
7.5.4 Prazos de execução e vigência dos contratos	235
7.5.5 Garantias	238
7.5.6 Possibilidade de subcontratação	238
7.5.7 Minuta do contrato	239
7.6 Regras para habilitação dos interessados	243
7.6.1 Considerações iniciais	243
7.6.2 Vedações	244
7.6.3 Habilitações	246
7.6.3.1 Qualificação técnica operacional e profissional	247
7.6.3.2 Qualificação econômico-financeira	259
7.6.3.3 Atestado de visita às obras	261
7.6.4 Consórcios	263
7.7 Regras para o julgamento	265
7.7.1 Requisitos legais e critérios objetivos	265
7.7.2 Avaliação e critério de aceitabilidade de preços unitário, por etapa e global.	266
7.8 Procedimentos especiais.	272
7.8.1 Audiência pública	272
7.8.2 Pré-qualificação	273
7.8.3 Metodologia de execução	276
7.8.4 Análise comparativa	277
7.9 Avaliação por assessoria jurídica da administração	278
7.10 Responsabilidade dos agentes públicos	280
7.11 A normatização de procedimentos internos na busca da eficiência	283
7.12 Cuidados recomendáveis ao final da fase interna	283
CAPÍTULO 8	
LICITAÇÃO – FASE EXTERNA	287
8.1 Considerações iniciais	287
8.2 Publicação e prazos	289

8.3 Criação e atuação de comissão de licitação	291
8.4 Procedimento e julgamento	
8.5 Análise da habilitação	
8.6 Análise das propostas de preços	296
8.6.1 Avaliação da fronteira de aceitabilidade de preços máximos	
8.6.2 Avaliação da fronteira da exequibilidade relativa a preços mínimos	
8.7 Recursos.	
8.8 Estudo de caso	
8.9 Cuidados recomendáveis – Final da fase externa	315
CAPÍTULO 9	
CONTRATAÇÃO DIRETA	317
9.1 Considerações iniciais	317
9.2 Licitação dispensável	318
9.2.1 Obras e serviços de engenharia de pequeno valor	
9.2.2 Casos de emergência ou calamidade pública	
9.2.3 Licitação deserta	
9.2.4 Licitação fracassada	
9.2.5 Contratação de remanescente de obra	
9.2.6 Contratação de instituição incumbida de pesquisa, ensino ou desenvolviment	
9.2.7 Compra ou locação de imóvel	
9.3 Inexigibilidade de licitação	
9.3.1 Contratação de fornecedor exclusivo	
9.3.2 Contratação de serviços técnicos por notória especialização	
9.4 Considerações finais	
7.4 Constactações intais	
CAPÍTULO 10	
FASE CONTRATUAL	339
10.1 Considerações iniciais	
10.2 Contratos administrativos	
10.3 Formalização.	
10.4 Cadastramento dos contratos.	
10.5 Início dos serviços	
10.6 Fiscalização	
10.6.1 Responsáveis	
10.6.1.1 Pela Administração	
10.6.1.2 Pela empresa	
10.6.2 Documentos	
10.6.3 Atividades	
10.7 Prorrogação de prazos	
10.8 Subcontratação e sub-rogação	
10.10 Fusão, incorporação ou cisão	
10.10 Escopo do contrato	
10.11 Medições e regime de execução.	
10.12 Pagamentos.	
10.13 Responsabilidade previdenciária e trabalhista	
10.14 Alterações contratuais	375

10.14.1 Alteração unilateral	378
10.14.2 Alteração por acordo	378
10.14.3 Limites para alteração	379
10.14.4 Problemas em relação a preços	387
10.14.5 Problemas em relação a prazos de execução	393
10.15 Alterações do valor do pagamento	394
10.15.1 Reajustamento e repactuação	394
10.15.2 Atualização	398
10.15.3 Compensação e penalização	399
10.15.4 Descontos	399
10.15.5 Recomposição	399
10.16 Extinção do contrato	407
10.16.1 Conclusão e recebimento do objeto	407
10.16.2 Inexecução, rescisão e sanção	
10.16.3 Limitação do valor de aditivos	420
10.17 Cuidados na fase de contratação	421
10.17.1 Assinatura do contrato	421
10.17.2 Emissão da ordem de serviço	422
10.17.3 Acompanhamento e fiscalização	422
10.17.4 Extinção	423
CAPÍTULO 11 FASE POSTERIOR À CONTRATAÇÃO	425
11.1 Caderno de especificações e documentação "as built"	425
11.2 Operação	426
11.3 Garantia dos serviços	427
11.4 Intervenções	429
11.5 Licitação, contratação e prioridade de recursos	431
CAPÍTULO 12	
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	433
12.1 Considerações iniciais	433
12.2 Controle administrativo	433
12.3 Controle externo	435
12.3.1 Obras irregulares	436
12.3.2 Obras inacabadas e obras paralisadas	438
12.4 Controle social	442
CAPÍTULO 13	
PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS – VISÃO PRÁTICA	445
13.1 Considerações iniciais	445
13.2 Elaboração da planilha base do orçamento	445
13.3 Relação dos insumos que serão utilizados e a pesquisa de preços	446
13.4 Orçamento sintético de custos diretos	447
13.5 Orçamento sintético de preços	447
13.6 Relação das composições de serviço e orçamento analítico	448
13.7 Curva ABC	448
13.8 Cronograma físico e financeiro	449

CAPÍTULO 14

SUSTENTABILIDADE DAS OBRAS PÚBLICAS	477
14.1 Considerações iniciais	477
14.2 A sustentabilidade e o desenvolvimento econômico nacional nas compras e	investimentos
públicos	
14.3 Mudanças comportamentais – A cultura dos 5 Rs	481
14.4 A evolução legislativa e regulamentar	481
14.5 Critérios legais afetos à sustentabilidade e ao desenvolvimento nacional par margem de preferência483	a a análise de propostas e fixação de
14.6 O processo de planejamento, execução e utilização das obras públicas e a sustentabilidade	498
14.7 Considerações finais	
CAPÍTULO 15	
REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (RDC)	503
15.1 Considerações iniciais	
15.2 Regimes de execução e matriz de riscos	
15.2.1 Contratação integrada – utilização e critério de julgamento	
15.2.2 As novidades da Lei nº 12.980/2104	
15.3 Elaboração, publicação, sigilo do orçamento base e remuneração variável	
15.4 Critérios de julgamento	
15.5 Modalidades de licitação, prazos para apresentação de propostas e publicid	
convocatório	
15.6 Sistema de Registro de Preços e Catálogo Eletrônico de Padronização	532
15.7 Habilitação, pré-qualificação e cadastramento	
15.8 Procedimento	541
15.8.1 Análise das propostas previamente à avaliação da habilitação	542
15.8.2 Modo e forma de disputa	542
15.8.3 Análise das propostas e negociação	544
15.9 Contrato e execução	547
15.10 Considerações finais	549
CAPÍTULO 16	
GOVERNANÇA E GESTÃO DAS OBRAS PÚBLICAS	551
16.1 Considerações iniciais	551
16.2 Governança e gestão	552
16.3 Princípios e ferramentas para a governança	555
16.3.1 Prestação de contas	556
16.3.2 Planejamento estratégico institucional	556
16.3.3 Conselhos ou comitês estratégicos de acompanhamento	557
16.3.4 Ferramentas para execução da estratégia	558
16.3.5 Gestão de riscos.	558
16.3.6 Sistema de controles	559
16.4 Gestão e gerenciamento de projetos	560
16.5 Governança e gestão nas obras públicas rodoviárias	562
16.5.1 Análise de projetos	564
16.5.2 Aplicação de penalidades a empresas	566

16.5.3 Fiscalização e medição de obras rodoviárias	566
16.5.4 Pouca integração entre os setores	567
16.5.5 Deficiências nos sistemas de informações gerenciais	567
16.6 Governança em convênio de obras públicas	568
16.7 Caminhos para a boa gestão e governança nas obras públicas	572
REFERÊNCIAS	575